

Os migrantes idosos no Brasil: estrutura etária, retorno e situação ocupacional*

Elderly migrants in Brazil: Age structure, return and occupational situation

Carlos Lobo

carlosfflobo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5368-8879>

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Rodrigo Coelho da Carvalho

rccgeo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9751-4619>

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Rodrigo Nunes Ferreira

rodrigonunesferreira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3497-4287>

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Resumo

O rápido processo de envelhecimento da população brasileira, para além da dimensão eminentemente demográfica, tem reflexos em diversos aspectos sociais e econômicos, como aqueles associados ao mercado de trabalho e ao sistema previdenciário. Mesmo assim, surpreende a escassez de estudos voltados a análise da migração dos idosos no Brasil. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é investigar o perfil etário, a distribuição regional e a inserção ocupacional

Palavras-chave

Migração
Idosos
Ocupação
Aposentadoria
Retorno

* Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por meio dos projetos: "Acessibilidade e mobilidade espaciais da população idosa em Belo Horizonte e Região Metropolitana" (APQ 409726/2022-2, CNPq) e "Indicadores e diretrizes para a construção de uma política de acessibilidade e mobilidade urbana inclusiva e sustentável da população idosa na Região Metropolitana de Belo Horizonte" (APQ-04270-22, FAPEMIG). Também agradecemos ainda ao CNPq pelo apoio financeiro por meio da bolsa de pesquisa nº 171908/2023-6, bem como a CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

desses migrantes, discriminados em retornados/não retornados e aposentados/ocupados, utilizando dados extraídos dos censos demográficos de 1991 e 2010. Os resultados indicaram que, apesar do crescimento em termos absolutos, houve uma redução da intensidade migratória dos idosos, sobretudo entre os mais jovens. Também se observou a prevalência de aposentados, especialmente aqueles não retornados ao município de nascimento. Os migrantes idosos ocupados, detectados em menor volume, concentram-se na porção centro-sul do país e estão ocupados em categorias que exigem menor qualificação profissional.

Abstract

The rapid aging of the Brazilian population, in addition to its eminently demographic dimension, has repercussions on various social and economic aspects, such as those associated with the labor market and the social security system. Even so, there is a surprising lack of studies regarding elderly migration in Brazil. In this context, this study aims to investigate the age profile, regional distribution and occupational integration of these migrants, divided into returnees/non-returnees and retired/occupied, using data from the 1991 and 2010 demographic censuses. The results indicated that, despite the growth in absolute terms, there was a reduction in the migratory intensity of the elderly, especially among the youngest. There was also a prevalence of retired people, especially those who had not returned to their birthplace. Occupied elderly migrants, detected in smaller numbers, are concentrated in the central-southern part of the country and are employed in categories that require lower professional qualifications.

Keywords

Migration
Elderly
Occupation
Retirement
Return

Enviado: 28/03/25

Aceptado: 28/08/25

Introdução

Desde finais da década de 1960, a população brasileira sofreu um rápido processo de envelhecimento populacional decorrente da queda da fecundidade e, em menor medida, da queda da mortalidade, que já havia se reduzido nas décadas anteriores (Brito et al., 2018; Carvalho e Garcia, 2003; Wong e Carvalho, 2006). Esse processo modificou significativamente a estrutura etária do país: entre 1991 e 2010, a idade mediana subiu de 22 para 29 anos. A proporção de idosos – aqui considerados como pessoas de 60 anos ou mais de idade, conforme definido pela

legislação brasileira (ver Apêndice) – aumentou 3,5 pontos percentuais (p.p.), passando de 7,3 % em 1991, para 10,8 % em 2010. Em termos de estoque, esse aumento representou um acréscimo de quase 10 milhões de pessoas nesse grupo etário. No mesmo período, o índice de envelhecimento – representado pelo número de idosos em relação a um grupo de 100 pessoas de até 14 anos – passou de 21,0 para 44,8 em 2010. Dados preliminares do último censo demográfico brasileiro apontam para a agudização desse processo de envelhecimento: em 2022 a idade mediana atingiu 35 anos, a proporção de idosos chegou a 15,8 % da população e o índice de envelhecimento chegou a 80,0. De acordo com a revisão das projeções de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2018 (IBGE, 2018), a proporção de idosos vai ultrapassar a de jovens de até 14 anos no Brasil em 2031. É importante ressaltar que essas estatísticas, embora concernentes ao caso brasileiro, são representativas de uma tendência mais ampla de envelhecimento da população mundial (UN DESA, 2020).

O envelhecimento da população impõe novos desafios e oportunidades, com implicações diretas na formulação e implementação de políticas públicas. Contudo, surpreende a escassez de estudos dedicados à mobilidade de idosos no Brasil, inclusive no que se refere às migrações internas. Essas migrações podem impactar diferentes áreas, como saúde pública, arranjos familiares e relações de suporte, mercado de trabalho e, principalmente no caso dos aposentados, na transferência de renda no território (Campos e Barbieri, 2013). Em países mais desenvolvidos e em estágios mais avançados da transição demográfica, a literatura sobre o tema é relativamente abundante, o que se justifica pelas possíveis implicações demográficas, sociais e econômicas nos locais de origem e destino dos fluxos (Campos e Barbieri, 2013; Walters, 2000). Todavia, mesmo entre esses trabalhos, poucos abordam diretamente os padrões espaciais da migração. Castro e Rogers (1984), por exemplo, pioneiros e referências na área, demonstraram que os padrões espaciais da migração são sensíveis às mudanças na estrutura por sexo e idade da população.

Há, ainda, várias incertezas quanto à participação dos idosos no mercado de trabalho. Como já observado por Camarano (2021), a participação do idoso no mercado de trabalho é importante não só em termos de seu impacto na composição da população economicamente ativa (PEA), mas também na sua renda. Contudo, dentro do período analisado pela autora

(1978-1998), essa participação sofreu poucas variações, não mostrando uma resposta expressiva ao aumento da participação de aposentados. De acordo com a mesma autora, a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é expressiva considerando os padrões internacionais. Isso está relacionado a uma particularidade brasileira: a permanência ou retorno do aposentado ao mercado de trabalho. Wajnsman, Oliveira e Oliveira (2004) também identificaram tendências de expressivo crescimento da proporção de aposentados entre os idosos economicamente ativos no Brasil, especialmente em decorrência da ampliação da cobertura previdenciária pós-Constituição de 1988. Contudo, como destaca Felix (2016), ainda que haja mais idosos disponíveis no mercado de trabalho, devido ao envelhecimento da população, a oferta de trabalho não absorvida pelo mercado é maior, antecipando a fase de inatividade de muitos trabalhadores idosos. Quando absorvida, a mão de obra idosa é vulnerável e apresenta uma inserção marginal na atividade econômica, sob várias maneiras de informalidade.

Diante desse contexto, algumas questões se apresentam: a transição demográfica e o consequente aumento da população idosa impactaram a distribuição espacial e a estrutura etária das migrações internas no Brasil? Há distintos padrões etários e espaciais na migração de idosos? Qual o papel da migração de retorno para a população idosa? Esses retornados são predominantes aposentados, compostos por aqueles que encerraram seu ciclo laboral fora do local de nascimento? A taxa de ocupação dos migrantes idosos mais jovens tem aumentado? Tendo essas questões como linhas condutoras da pesquisa, esse trabalho investiga o perfil etário, a distribuição regional e a inserção ocupacional dos migrantes idosos no Brasil. Com base nos censos demográficos de 1991 e 2010, os migrantes foram discriminados em retornados/não retornados e aposentados/ocupados. Parte-se do suposto que as alterações na estrutura etária da população brasileira e as mudanças no mercado de trabalho e do sistema previdenciário impactaram diretamente a migração dos idosos no país, especialmente entre os “jovens idosos” (entendidos aqui como indivíduos com idade entre 60 e 64 anos). Acredita-se que a ampliação do tempo de contribuição previdenciária e a consequente manutenção dessa população em atividade ocupacional esteja reduzindo a participação relativa da migração de retorno entre os idosos. Por consequência, espera-se um crescimento da migração da população ocupada entre os jovens idosos.

Esse artigo está dividido em quatro seções, incluindo essa introdução. A próxima seção apresenta uma sucinta incursão teórica sobre a migração de idosos, tendo como base uma revisão da literatura específica sobre o tema. Em seguida, são apresentadas as bases de dados e conceituais, além dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, incluindo o tratamento dos dados censitários referentes à migração de idosos e as estratégias metodológicas utilizadas para analisar sua distribuição espacial. A seção seguinte apresenta os resultados, análises e discussões. O artigo se encerra com algumas conclusões e considerações a respeito dos principais achados do trabalho, bem como uma agenda sobre perspectivas futuras em pesquisas sobre o tema.

O retorno e a situação ocupacional dos migrantes idosos

A análise das causas e efeitos da migração permite compreender processos sociais mais amplos, relacionando a dinâmica demográfica à dimensão regional. Permite avaliar os fluxos no espaço geográfico, não se limitando a um indicador de concentração ou dispersão demográfica (estoques e fluxos) e de atividades econômicas. Possibilitam ainda identificar características inerentes à população migrante, as formas institucionais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional quando se discute o fim do padrão concentrador das atividades. Em suma, o contexto econômico e demográfico é de suma importância para a dinâmica migratória – mudanças no perfil etário das populações, crises econômicas ou momentos de crescimento têm impactos diretos nos fluxos migratórios (Dota e Queiroz, 2019). A migração envolve a combinação de fatores estruturais, referentes ao sistema de produção e as necessidades do mercado de trabalho (como já demonstrado por Singer, 1973), bem como a existência de redes socioespaciais que alimentam e dão suporte à mobilidade da população.

Sabe-se que os padrões espaciais da migração tendem a se diferenciar por idade. Isso ocorre porque a motivação para a migração representa a principal razão para a diferença espacial dos fluxos migratórios (Campos e Barbieri, 2013). Diferentes eventos e transições vitais são associados a diferentes propensões a migrar e a fatores associados aos locais de origem e destino dos fluxos, característicos de cada região. Em outras palavras, os fatores que levam a esmagadora maioria dos migrantes a

migrar – normalmente jovens adultos – diferem muito dos fatores que levam idosos a migrar. Entre as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida que influenciam nas decisões migratórias, a aposentadoria é um determinante essencial no caso dos idosos e por isso foi abordado no presente estudo. Em estudo comparativo envolvendo diversos países, Bernard, Bell e Charles-Edwards (2014) concluíram que os perfis etários da migração, de forma geral, espelham estruturas etárias de transições chave do ciclo de vida. Santos et al. (2023), por sua vez, constataram estreita relação entre as migrações e as transições no curso de vida no Brasil (embora a migração de idosos não tenha sido contemplada).

No caso dos jovens adultos, os principais determinantes da migração de jovens adultos são fatores como o ingresso no ensino superior, entrada no mercado de trabalho ou casamento. No caso dos idosos, segundo Campos e Barbieri (2013), além da aposentadoria, também têm importância fatores como “estado de saúde, procura por suporte e reunião familiar, viuvez e busca por residência em locais que apresentam ‘amenidades’, como clima agradável, baixo custo de vida, segurança e instituições de saúde” (p. 70). Esses mesmos autores dão exemplos de diversos estudos dedicados exclusivamente a cada um desses temas, mas também chamam atenção para o fato de que esses fatores normalmente atuam de forma conjunta, o que levou à criação de diversas tipologias de migrantes idosos, como, por exemplo, as propostas por Wiseman e Roseman (1979); Litwak e Longino (1987) e Walters (2000).

Quanto às migrações de retorno, também abordadas neste estudo, Walters (2002), constatou que são um componente importante em diferentes tipologias em uma extensa revisão bibliográfica sobre a migração de idosos nos Estados Unidos. Todavia, a literatura explorada pelo autor diverge em relação ao perfil dos retornados: enquanto alguns trabalhos afirmam que essa situação é particularmente comum entre recém-aposentados (que buscam uma localidade familiar, com amenidades atraentes e menor custo de vida), outros afirmam que é mais comum entre idosos mais velhos, que buscam suporte informal e familiar com parentes, em resposta à viuvez e saúde declinante. Baptista (2013), por sua vez, destaca a heterogeneidade dos migrantes de retorno no Brasil e que esses movimentos não se dão exclusivamente por fatores econômicos, pois também há uma dimensão simbólica e afetiva. Assim,

o retorno pode ocorrer tanto por insucesso econômico quanto por estratégias de planejamento de vida como, por exemplo, no caso dos idosos que desejam passar a velhice na região de origem.

O fato de a oferta de empregos deixar de ser um requisito locacional relevante em idades mais avançadas pode levar à busca de destinos diferenciados entre idosos e o resto da população. Todavia, como uma grande parcela dos migrantes migra de forma dependente de outras pessoas (Mincer, 1978), além das etapas do ciclo de vida individual, também é importante considerar o ciclo de vida domiciliar ou familiar, ou seja, as variações ao longo do tempo de características como composição, idade e relações de parentesco: “assim como no caso do ciclo de vida individual, a etapa em que o domicílio encontra-se no ciclo de vida influencia sua demanda por residência e, com isso, altera sua propensão migratória” (Campos e Barbieri, 2013, p. 72).

Por esse mesmo motivo, Castro e Rogers (1984) já destacavam a utilidade de enquadrar a migração dentro de um arcabouço que considera movimentos dependentes (migrações de famílias) e independentes (indivíduos que migram sozinhos). Eles também mostram como a composição etária da migração reflete aspectos chave da estrutura familiar (como níveis de dependência) e dos padrões migratórios, assim como a composição etária das populações refletem regimes particulares de fecundidade e mortalidade. A consideração do contexto familiar ou domiciliar é importante porque está relacionada à unidade decisória e motivação da migração, aspecto destacado pelos teóricos da Nova Economia da Migração Laboral (Stark e Bloom, 1985). Por exemplo, em migrações familiares é mais provável que haja uma parcela maior de crianças e idosos em comparação aos movimentos individuais. A compreensão dos determinantes da migração de idosos também deve considerar, além das características individuais desses migrantes e de seu contexto familiar, os atributos dos locais envolvidos nesses fluxos, de modo a identificar preferências locacionais e possíveis fatores que levam à evasão de idosos. Nem todos os movimentos são causados por transições no curso de vida e, em alguns casos, mudanças contextuais (normalmente tratadas como determinantes distantes) podem provocar migrações diretamente, como no caso de mudanças nas condições econômicas de uma determinada região (Bernard et al., 2014).

Para Campos e Barbieri (2013), a exploração das características inerentes às regiões de origem e destino das migrações dos idosos é uma importante lacuna na literatura nacional. Portanto, além dos aspectos associados ao ciclo de vida (dos indivíduos e dos domicílios), ao estágio na trajetória laboral e condicionantes conjunturais, é necessário avaliar os diferenciais regionais, que podem refletir padrões migratórios distintos. Rogers (1988), por exemplo, constatou uma forte relação entre distância e os padrões etários das migrações de idosos, destacando que análises devem levar essa relação em consideração. Além disso, constatou uma forte relação entre distância e concentração espacial dos fluxos, ou seja, que migrações de idosos de longa distância (normalmente relacionadas à busca por amenidades) é bem mais espacialmente concentrada em poucos destinos que migrações de curta distância (normalmente motivadas pela busca por assistência).

Para além dos aspectos eminentemente demográficos, cabe uma reflexão sobre a participação dos idosos no mercado de trabalho, tanto como uma necessidade conjuntural como uma decorrência de aspectos estruturais. Dada a lacuna quanto aos impactos desses aspectos na necessidade de migração da população idosa torna-se essencial uma análise da manutenção ou reinserção dessa população no mercado de trabalho (Camarano, 2021), via migração de retorno ou não, discriminados pela situação de aposentadoria.

Base de dados, conceitos e procedimentos metodológicos

As principais bases de dados para as análises e considerações foram extraídas dos microdados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2010. Embora o último recenseamento brasileiro tenha sido realizado em 2022, os resultados referentes à pesquisa amostral ainda não foram publicados. Assim, a delimitação temporal deste estudo compreende os decênios de 1981-1991 e 2000-2010. Esses dados permitem estimar os fluxos migratórios de retornados e não retornados e cruzá-los com variáveis relativas à situação de ocupação e aposentadoria. A não utilização do censo de 2000 decorre da escolha em trabalhar com a migração de última etapa, que combina as variáveis “município de última residência” com o tempo ininterrupto no município do recenseamento. Essas variáveis não foram incluídas no censo de 2000 que, por esse motivo, não foi utilizado.

Outra base de dados utilizados foi obtida pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, plataforma na qual o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) disponibiliza e atualiza mensalmente dados que registram o tempo de contribuição previdenciária. Foram utilizados especificamente os arquivos do conjunto de dados “Benefícios mantidos – Plano de Dados Abertos Jun/2023 a jun/2025”, que disponibiliza atualizações mensais dos benefícios pagos pelo INSS, no formato de microdados, agregados em três arquivos em formato .csv: Benefícios Mantidos Suspensos (BMS), Benefícios Mantidos Ativos (BMA) e Benefícios Mantidos Cessados (BMC). Para reconstituir a base de benefícios ativos no período 2000-2010, foi necessário realizar a junção dos arquivos de benefícios mantidos ativos e benefícios mantidos cessados. Com base na variável data de início do benefício (DIB) foi possível identificar todos os benefícios de aposentadoria emitidos em cada ano dentro do período analisado, tanto para aqueles que foram emitidos a partir de 2000 e mantidos ativos até o final de dezembro de 2010 (data de geração do arquivo), quanto para aqueles que foram emitidos a partir de 2000 e cessados até 2010, que neste caso constam do arquivo BMC.

A “migração de última etapa” compreende aqueles que mudaram o local de residência habitual em um intervalo de tempo predefinido. No caso dos recenseamentos brasileiros o “migrante de última etapa” é identificado como todo indivíduo que residiu em uma unidade espacial diferente daquela em que foi recenseado nos 10 anos anteriores à data de referência do censo, independente do lugar de residência na data do censo anterior, que inclusive poderia ser o local de residência atual (Carvalho e Rigotti, 1998). Esses dados fornecem uma amostragem e abrangência temporal mais ampla que os de “data-fixa”, mais frequentemente utilizados nos estudos sobre migração interna.

O uso da informação censitária que envolve uma maior amostragem é particularmente relevante no caso dos idosos, que constituem uma parcela minoritária dos migrantes.¹ Além disso, somente as informações

1 É preciso ressaltar que a migração de “última etapa” possui algumas limitações em comparação com o de data-fixa, como no caso do cálculo de saldos, que exige a delimitação de duas datas específicas para calcular o “balanço de entradas e saídas” de migrantes. Por não conter essa especificação, esse tipo de migração não é considerado o mais apropriado para este cálculo e, conseqüentemente, para avaliar o crescimento demográfico de um período que se deve à migração.

baseadas nesse quesito permitem estimar com relativa acurácia a idade do migrante no momento da migração, subtraindo-se o tempo de residência na localidade da idade. Como o foco deste estudo é na migração de idosos, essa é uma informação crucial, uma vez que permite estimar a idade presumida pelo ano estimado de partida município de origem.

Outra vantagem do uso da informação de última etapa é que fornece um quadro aproximado da evolução das migrações ao longo do tempo, enquanto o quesito de data-fixa fornece apenas uma estimativa pontual. Contudo, vale ressaltar que, como apenas a última etapa é declarada, à medida que se recua no tempo, as informações são ainda incompletas. Dado o processo de envelhecimento da população brasileira, para analisar devidamente as tendências recentes da migração de idosos, torna-se fundamental considerar o perfil etário dos migrantes e sua relação com as populações às quais pertencem. Para isso, é importante considerar a idade no momento da migração para garantir que migraram já idosos e não quando foram recenseados.

Há que se destacar a necessidade de cautela ao utilizar a idade no momento da migração para calcular a proporção de migrantes de última etapa por idade em uma dada população e em um dado ano censitário, uma vez que os migrantes poderão ser alocados em categorias etárias às quais já não mais pertencem (pois eles integravam essas categorias quando migraram, não na data de referência do censo). Isso deve ser considerado na interpretação dos dados. Isso significa que as *taxas de prevalência de imigrantes idosos*, consideradas aqui como a razão entre o número de imigrantes idosos e a população de idosos estimada no meio de cada decênio analisado, não são propriamente proporções, já que os indivíduos no numerador (migrantes) não fazem parte, necessariamente, do denominador (população naquela faixa etária). Embora não seja possível obter valores precisos da proporção de migrantes de última etapa por idade simples na população, é possível, procedendo dessa forma, obter um “quadro geral” da distribuição dos migrantes por idade, de sua evolução ao longo do tempo e avaliar os diferenciais regionais. A estratégia proposta dá uma medida do impacto da migração sobre a população receptora e fornece uma medida aproximada da composição da população em relação ao status migratório.

Para fins de análise, os procedimentos metodológicos utilizados podem ser divididos em dois momentos centrais: 1) identificação e categorização dos migrantes idosos em retornados e não retornados, e 2) distinção da situação ocupacional, discriminando aposentados e ocupados. No primeiro caso, considerou-se o retorno ao município de nascimento comparando-se as variáveis que identificam os municípios de residência na data do recenseamento, o município de residência anterior e o município de nascimento. Logo, migrante retornado é aquele cujo município de residência na data do recenseamento difere do de residência anterior e corresponde ao de nascimento.

Já em relação a situação ocupacional, os migrantes idosos foram discriminados em aposentados e ocupados. No primeiro caso (aposentados) foram utilizadas as variáveis V0360 e V0656, respectivamente nos censos de 1991 e 2010, que permitiam identificar as pessoas recebiam rendimento de aposentadoria ou pensão. A combinação dessas variáveis com aquelas que definiam o retorno ou não permitiu categorizar os migrantes idosos em aposentados retornados e aposentados não retornados.

Especificamente para os migrantes ocupados,² analisados exclusivamente no Censo de 2010, identificados pela variável V6461 (Código da Ocupação), foi possível computar as frequências das seguintes categorias ocupacionais: Diretores e Gerentes; Profissionais das Ciências e Intelectuais; Técnicos e Profissionais de Nível Médio; Trabalhadores de Apoio Administrativo; Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados; Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca; Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da construção, Mecânicas e outros; Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores; e Ocupações Elementares. Essas categorias foram definidas pela Classificação de Ocupações Para Pesquisas Domiciliares (COD) do IBGE, que entendeu por ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica.

2 Conforme definido no censo de 2010, a ocupação declarada refere-se sempre ao trabalho principal, considerado como aquele ao qual a pessoa dedica maior número de horas normalmente trabalhadas por semana independentemente de ser remunerado ou não-remunerado.

Análise dos resultados

Em linhas gerais, os dados expostos na Tabela 1 permitem observar que, ao comparar o número total de migrantes de 1991 e 2010, ocorreu um crescimento absoluto generalizado da migração de idosos em todo país. No agregado nacional, nota-se que o número de migrantes passou de aproximadamente 780 mil para mais de 1,2 milhão, representando um aumento de mais de 57 %. Esse crescimento foi observado em todas as regiões e unidades da federação (UF), ainda que em volumes mais expressivos nos estados do Sudeste, que, não por coincidência, também apresentavam maiores contingentes de idosos residentes.

É preciso ressaltar que boa parte da explicação desse incremento absoluto recai sobre a mudança recente na estrutura etária da população brasileira, com reflexo no crescimento expressivo do número de idosos nas últimas décadas. Quando observadas as taxas de prevalência de imigrantes idosos, nota-se que a maioria das UF tiveram redução em pontos percentuais (p.p.), com destaque para os estados do Centro-Oeste brasileiro, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (apenas seis das 27 UF apresentaram algum crescimento). A comparação entre os dois períodos censitários sugere uma redução na intensidade migratória dos idosos. Contudo, os valores mais baixos dessas taxas foram registrados nos estados mais populosos do Sudeste brasileiro: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e em grande parte das UF do Nordeste. Vale ressaltar que São Paulo e Rio de Janeiro historicamente recebem migrantes de todo país e não se configuram exatamente como áreas predominantes de migração de retorno, associadas à atração de idosos. Por outro lado, estados do Nordeste, como Bahia e Ceará, foram grandes “expulsores” de população.

Também observa-se diferenças sensíveis no perfil etário dos migrantes quando comparadas as taxas específicas de prevalência de imigrantes por idade e as variações nos percentuais de migrantes nos dois censos. Essa diferenciação é importante pois os migrantes idosos são um grupo heterogêneo. Uma divisão elementar relacionada à idade e à decisão de migrar, segundo Campos e Barbieri (2013), ocorre entre os idosos mais jovens e os de idade mais avançada. Enquanto os primeiros possuem melhores condições de saúde e renda e tendem a migrar logo após a aposentadoria, os idosos mais velhos, diante do declínio físico e dificuldades financeiras, tendem a migrar na busca por suporte.

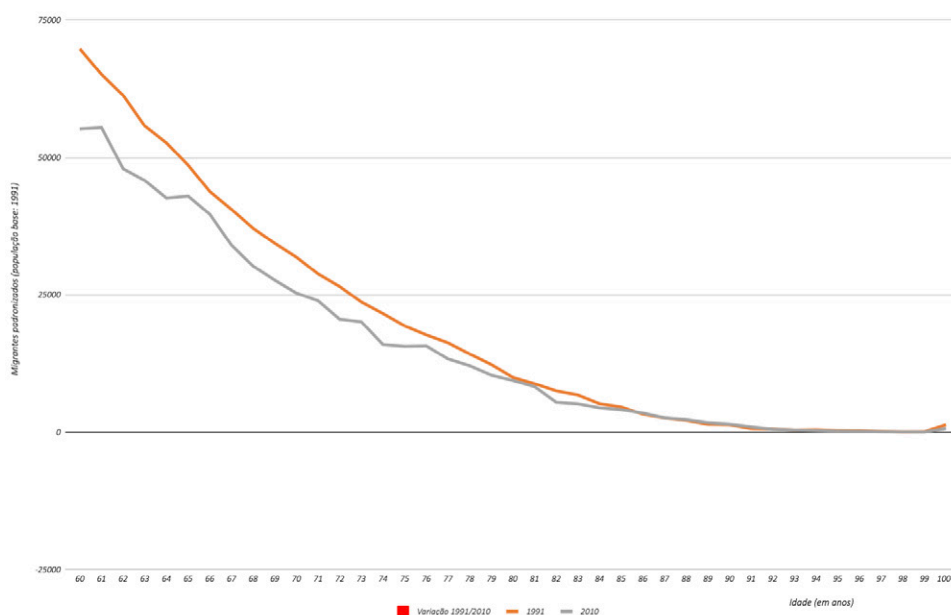
Tabela 1. Número absoluto e taxa de prevalência de imigrantes intermunicipais idosos (60 anos ou mais) por Grandes Regiões e Unidades da Federação, Brasil, 1991 e 2010.

Unidade da Federação/ Grandes Regiões	Migrantes Idosos (N°)		Taxa de Migração dos Idosos (%)	
	1991	2010	1991	2010
Rondônia	10.389	12.833	33,88	16,25
Acre	1.638	3.125	10,07	8,57
Amazonas	4.382	11.400	5,95	7,25
Roraima	1.079	2.793	20,61	17,69
Pará	20.867	35.054	10,28	8,82
Amapá	1.030	3.448	11,03	14,24
Tocantins	6.918	12.419	15,53	14,55
<i>Norte</i>	<i>46.303</i>	<i>81.072</i>	<i>12,10</i>	<i>10,19</i>
Maranhão	24.619	30.947	9,51	7,11
Piauí	9.782	13.019	6,66	5,22
Ceará	31.984	43.927	7,56	6,16
Rio Grande do Norte	18.044	23.806	10,50	8,87
Paraíba	21.455	27.306	8,41	7,52
Pernambuco	42.116	53.618	8,54	7,20
Alagoas	13.027	17.050	9,10	7,87
Sergipe	7.420	11.316	8,20	7,91
Bahia	44.262	74.526	6,24	6,62
<i>Nordeste</i>	<i>212.709</i>	<i>295.515</i>	<i>7,90</i>	<i>6,94</i>
Minas Gerais	74.092	124.039	7,25	7,17
Espírito Santo	18.502	28.518	12,49	10,43
Rio de Janeiro	49.801	93.667	4,89	5,72
São Paulo	183.054	281.986	8,93	7,85
<i>Sudeste</i>	<i>325.449</i>	<i>528.210</i>	<i>7,68</i>	<i>7,30</i>
Paraná	61.210	82.334	12,44	9,63
Santa Catarina	23.712	53.887	9,18	11,52
Rio Grande do Sul	47.643	79.807	6,77	7,09
<i>Sul</i>	<i>132.565</i>	<i>216.028</i>	<i>9,12</i>	<i>8,82</i>
Mato Grosso do Sul	13.619	20.846	15,79	12,27
Mato Grosso	15.162	23.898	22,16	15,19
Goiás	28.353	49.694	14,83	12,63
Distrito Federal	6.783	14.160	13,57	11,35
<i>Centro-Oeste</i>	<i>63.917</i>	<i>108.598</i>	<i>16,15</i>	<i>12,85</i>
BRASIL	780.943	1.229.423	8,52	7,89

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Como esperado, a Figura 1 permite notar uma progressiva queda na intensidade migratória para as idades mais elevadas, especialmente aquelas superiores a 70 anos.

Figura 1. Distribuição dos migrantes intermunicipais idosos por idade no momento da migração (padronizada pela estrutura etária de 1991) e variação em pontos percentuais (p.p.) entre 1991 e 2010.



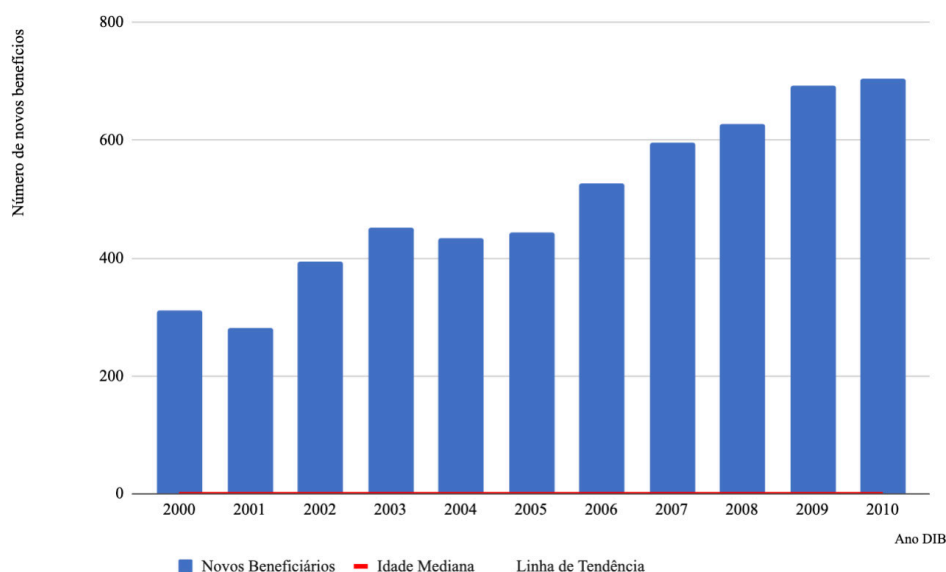
Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Ainda que a intensidade migratória tenha uma razão inversa à progressão da idade após 60 anos, observa-se uma redução *relativa* mais acentuada de 1991 para 2010 para os jovens idosos (com idade inferior a 65 anos). Os valores padronizados, que neutralizam os efeitos da mudança na estrutura etária entre 1991 e 2010, deixam clara essa tendência de queda. Ademais, a diferença em pontos percentuais na proporção de migrantes idosos idade entre 1991/2010 é negativa até os 72 anos (exceto para os migrantes com 71 anos de idade). Ou seja, comparados os dois censos, ocorreu uma redução mais expressiva na intensidade migratória para os idosos mais jovens.

Algumas hipóteses podem ser exploradas para explicar essa queda. Pode-se supor que alterações na legislação previdenciária no Brasil que

ampliaram o tempo de contribuição e alteraram a idade mínima de aposentadoria, bem como a estrutura e conjuntura do mercado de trabalho, retiveram por mais tempo a população em atividade. Isso possivelmente teve impactos importantes na vida laboral dos jovens idosos, tanto no setor público como no privado. Resultados apresentados por Lobo e Ferreira (2024), ao estudarem alterações no perfil etário dos novos beneficiários por aposentadorias por tempo de contribuição ou idade entre 2000 e 2022 do Regime Geral de Previdência Social brasileiro, indicaram um aumento da idade mediana, especialmente de aposentadoria dos homens em sistemas de contribuição na chamada clientela urbana. Os dados representados na Figura 2, referentes aos registros da década de 2000, ainda que tenham apresentado oscilações (notadamente nos dados de 2003), indicam uma tendência geral de crescimento da idade mediana, bem como um crescimento da concessão de aposentadorias no país, decorrente do crescimento do número de idosos.

Figura 2. Idade mediana na concessão de aposentadorias por idade ou tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social, Brasil, 2000-2010.

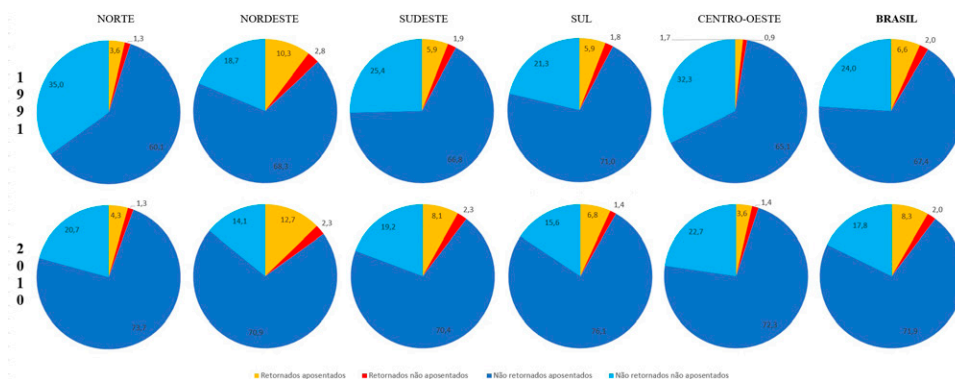


Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do portal do INSS.

Essa relação entre a tendência de alargamento da vida laboral devido ao adiamento da aposentadoria e a redução da intensidade da migração pode ser interpretada à luz das funções modelo do perfil etário das

migrações (*model migration schedules*) apresentadas por Rogers e Castro (1981). Os modelos de 11 e 13 parâmetros³ descrevem um aumento da propensão a migrar ao final do ciclo laboral, que pode ser o caso dos lugares onde há forte retorno da população para os locais de nascimento ou moradia anterior. No caso brasileiro, todas as regiões apresentaram um aumento na proporção de migrantes idosos aposentados (Figura 3), ainda que não retornados especificamente ao município de nascimento. Os retornados, notadamente os aposentados, eram proporcionalmente mais volumosos no Nordeste, onde tradicionalmente predomina a origem das grandes correntes de emigração para o centro-sul brasileiro. Todavia, a categoria que apresentou a maior variação positiva em pontos percentuais no período considerado foi a dos não retornados aposentados e a maior variação negativa foi na categoria dos não retornados não aposentados.

Figura 3. Distribuição percentual dos migrantes intermunicipais idosos de última etapa segundo situação de aposentadoria e retorno, Brasil, 1991 e 2010.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

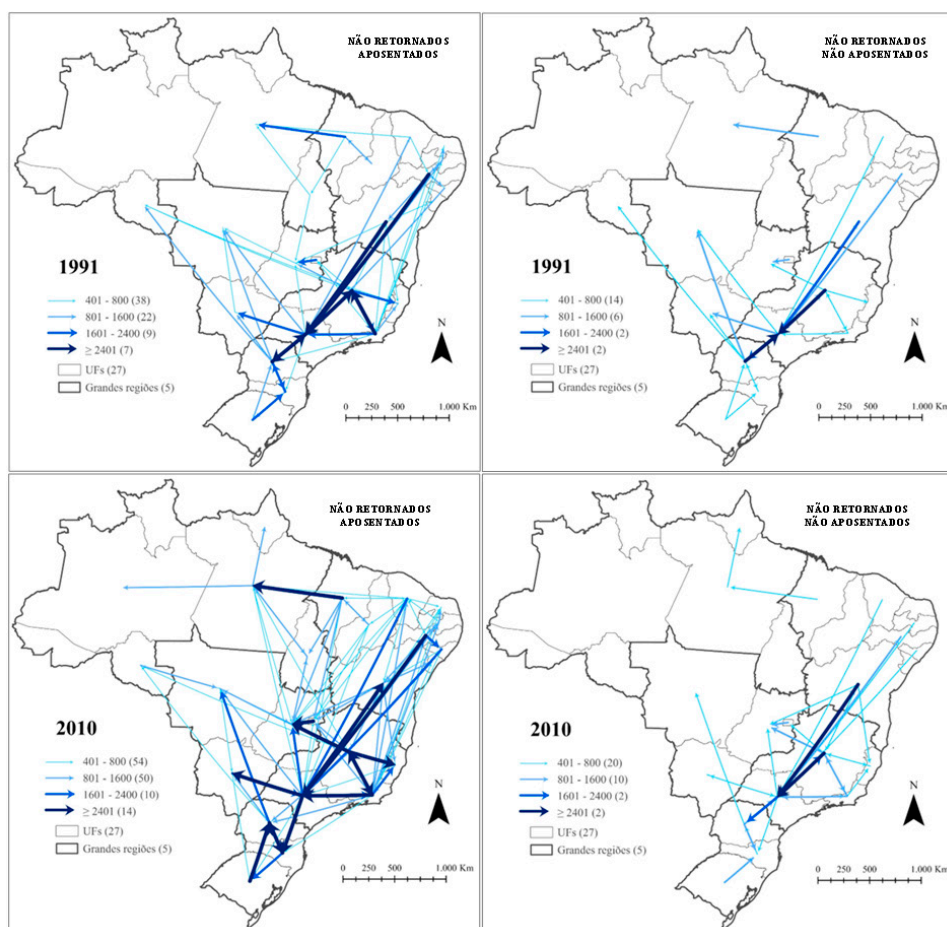
A Figura 4 representa os principais vetores migratórios *interestaduais* de não retornados, aposentados e não aposentados, em 1991 e 2010.⁴ Ao

3 Rogers e Castro (1981) propuseram um modelo multiexponencial que pode ser expresso por 7, 9, 11 e 13 parâmetros. Essas quatro “famílias” de modelos resumem o padrão etário da migração a partir da calibração de parâmetros que permitem analisar a variação do comportamento das taxas, por idade, entre populações distintas ou momentos diferentes de uma mesma população (Santos e Barbieri, 2019).

4 Foram considerados os vetores migratórios com volume superior a 400 migrantes.

comparar as duas décadas censitárias, nota-se, além do crescimento da migração de idosos no país, a intensificação da migração de aposentados para UF do Nordeste, seja por vetores inter-regionais ou mesmo intrarregionais. Já os migrantes não aposentados, em intensidade bem inferior, têm um padrão espacial um pouco mais concentrado, principalmente no Sudeste brasileiro. O próprio dinamismo e a rede urbana mais densa nessa região são possivelmente fatores que explicam essa diferenciação regional.

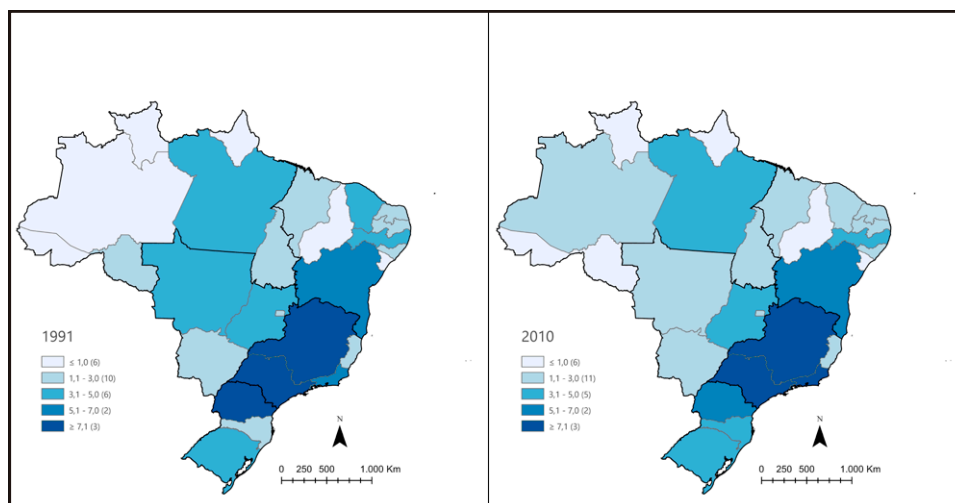
Figura 4. Principais fluxos migratórios interestaduais de idosos não retornados, por condição de aposentadoria, Brasil, 1991 e 2010 (vetores com mais de 400 migrantes).



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Na Figura 5, que representa a distribuição percentual dos imigrantes idosos ocupados por UF, chamam atenção os casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos com mais de 7 % dos imigrantes intermunicipais idosos não aposentados em 2010. É plausível supor que essa maior prevalência relativa esteja associada a característica econômica regional, com mercado de trabalho mais atrativo e voltado às atividades que mais absorvem mão de obra em idades mais elevadas, especialmente aquelas vinculadas ao comércio e prestação de serviços.

Figura 5. Distribuição percentual dos imigrantes intermunicipais idosos ocupados não aposentados por Unidade da Federação, Brasil, 1991 e 2010.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

A Figura 6 indica que, entre os migrantes idosos não aposentados ocupados, retornados ou não, não há grandes diferenças no perfil ocupacional, conforme a Classificação de Ocupações Para Pesquisas Domiciliares. Em ambos os casos, prevalecem as ocupações classificadas no grupo denominado “Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca”, que representavam mais de 21 % em 2010. As denominadas “Ocupações Elementares”, que envolvem aquelas de menor exigência de qualificação, também aparecem com alta frequência (mais de 18 % nos dois grupos). Não parece haver, portanto, padrão ocupacional distinto entre os retornados ou não ao município de nascimento. Há, contudo, sinais de prevalência de ocupações menos ajustadas às atividades laborais dos grandes centros urbanos da atualidade.

Figura 6. Distribuição ocupacional dos migrantes idosos intermunicipais não aposentados, por Unidade da Federação, Brasil, 2010.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do Censo de 2010.

Conclusões e considerações finais

Devido ao rápido avanço da transição demográfica e consequente envelhecimento populacional, seria esperado que os volumes e proporções de idosos migrantes se tornassem cada vez mais relevantes. Contudo, o aumento do contingente populacional com 60 anos ou mais não foi acompanhado por uma intensificação proporcional dos fluxos migratórios dessa população: ao contrário, as taxas específicas de migração revelaram uma tendência de redução, sobretudo entre os idosos sexagenários. Embora os dados e métodos utilizados não permitam estabelecer uma relação direta de causalidade com a queda na intensidade migratória nessa faixa etária, ela pode estar associada à ampliação da vida laboral em função do crescimento da idade de aposentadoria, o que parece retardar os potenciais efeitos das migrações de retorno.

A migração de retorno se mostrou importante entre os idosos, especialmente entre os aposentados que encerraram seus ciclos laborais fora do município de nascimento e retornaram após a aposentadoria.

Esses migrantes retornados tendem a buscar reinserção em localidades de origem, sugerindo motivações ligadas a vínculos afetivos, busca por suporte familiar ou amenidades. Ainda assim, a maior parcela dos migrantes idosos é composta por não retornados, com destaque para o crescimento dos aposentados estabelecidos em localidades diferentes daquelas de nascimento. Especialmente, a migração de idosos se mostra concentrada em regiões historicamente caracterizadas como polos de atração populacional – como o Sudeste – embora também se observe, especialmente entre os aposentados, um fortalecimento de fluxos de retorno para estados do Nordeste.

Quanto à inserção ocupacional dos idosos migrantes mais jovens, os dados indicam que, embora a participação ocupacional seja minoritária em relação aos aposentados, há sinais de que essa parcela da população se mantém ativa no mercado de trabalho, sobretudo em ocupações de menor exigência de qualificação, muitas vezes ligadas aos setores informal ou rural. Tal inserção pode ser reflexo das mudanças na legislação previdenciária e de transformações no mercado de trabalho. É plausível supor que a ampliação do tempo de contribuição tem forçado ou induzido a manutenção no mercado de trabalho e/ou realocação laboral dos idosos, reduzindo ou adiando a migração desse grupo etário.

À guisa de conclusão, cabe lembrar que a definição de idoso a partir 65 anos, diferente da utilizada na metodologia nessa pesquisa, possivelmente traria resultados distintos. Os jovens idosos não raro ainda dispõem de plenas condições de exercer trabalho remunerado, integrando a chamada população potencialmente ativa (ainda que façam parte da população em idade inativa). Há, também, diferenças importantes quando comparados homens e mulheres. A seletividade por sexo é um aspecto que merece ser explorado em novos esforços para entender as diferentes formas de mobilidade da população idosa, incluindo a migração.

Referências

- Baptista, E. A. (2013). Aspectos teóricos sobre migração de retorno no Brasil. *Revista Geografias*, 9(2), 8-20. <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13358>
- Bernard, A., Bell, M. e Charles-Edwards, E. (2014). Life-course transitions and the age profile of internal migration. *Population and*

- Development Review*, 40(2), 213-239. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2014.00671.x>
- Brito, F., Andrade, M. e Albuquerque, E. (2018). A população na cena política: o debate sobre as consequências do envelhecimento populacional. *Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões* (pp. 261-282). Belo Horizonte: Cedeplar. <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20572.pdf>
- Camarano, A. A. C. (2021). Vidas idosas importam, mesmo na pandemia. Políticas sociais: acompanhamento e análise, Brasília, 28, 509-537. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10821>
- Campos, M. e Barbieri, A. (2013). Considerações teóricas sobre as migrações de idosos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30, 69-84. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400005>
- Carvalho, J. A. M. e Rigotti, J. I. (1998). Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 15(2), 7-17. <https://rebep.org.br/revista/article/view/402>
- Carvalho, J. A. M. e Garcia, R. A. (2003). O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 725-733. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300005>
- Castro, L. J. e Rogers, A. (1984). What the age composition of migrants can tell us. *Population Bulletin of the United Nations* 1983. <https://pure.iiasa.ac.at/2408>
- Dota, E. M. e Queiroz, S. N. de (2019). Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21(2), 415. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p415>
- Felix, J. (2016). O idoso e o mercado de trabalho. In A. de O. Alcântara, A. A. Camarano e K. C. Giacomini, *Política nacional do idoso: Velhas e novas questões* (pp. 241-263). Rio de Janeiro: IPEA. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9092>
- Lobo, C. e Ferreira, R. N. (2024). Envelhecimento populacional e a mobilidade pendular laboral nas concentrações urbanas metropolitanas do Brasil. *População e Sociedade*, 42, 198-216. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade-n-o-42/envelhecimento-populacional-e-a-mobilidade-pendular-laboral-nas-concentracoes-urbanas-metropolitanas-do-brasil>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Coordenação de População e Indicadores Sociais. Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101597>

- Litwak, E. e Longino, C. (1987). Migration patterns among the elderly: a developmental perspective. *The Gerontologist*, 27(3), 266-272. <https://doi.org/10.1093/geront/27.3.266>
- Martine, G. (1994). A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília: IPEA. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2547>
- Mincer, J. (1978). Family migration decisions. *The Journal of Political Economy*, 86(5), 749-773. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/260710>
- Rogers, A. e Castro, L. J. (1981). Model migration schedules. Laxenburg, Áustria: International Institute for Applied Systems Analysis. <https://pure.iiasa.ac.at/1543>
- Rogers, A. (1988). Age patterns of elderly migration: an international comparison. *Demography*, 25(3), 355-370. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3234573/>
- Rogers, A., Willekens, F., Little, J. e Raymer, J. (2002). Describing migration spatial structure. *Papers in Regional Science*, 81(1), 29-48. <https://link.springer.com/article/10.1007/s101100100090>
- Santos, R. O. e Barbieri, A. F. (2019). Funções modelo de migração: limites e aplicações. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36, e0101. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0101>
- Santos, R. O., Barbieri, A. F. e Amaral, E. F. (2023). Transiciones del curso de vida y migración interna en el Brasil: un análisis basado en datos de múltiples períodos. *Notas de Población*, 50(116), 105-135. https://www.researchgate.net/publication/373201044_Transiciones_del_curso_de_vida_y_migracion_interna_en_el_Brasil_un_analisis_basado_en_datos_de_multiples_periodos
- Singer, P. (1973). *Economia política da urbanização*. 1a ed. São Paulo: Hucitec. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=242734>
- Stark, O. e Bloom, D. E. (1985). The New Economics of Labor Migration. *The American Economic Review*, 75(2), 173-178. <http://www.jstor.org/stable/1805591>
- UN DESA. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2020). *World Population Ageing 2019* (ST/ESA/SER.A/444). <https://digitallibrary.un.org/record/3907988/?ln=en&v=pdf>
- Wajnman, S., Oliveira, A. M. H. C. e Oliveira, E. D. (2004). Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*, 453-480. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf

- Walters, W. (2000). Types and patterns of later-life migration. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, 82(3), 129-147. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2000.00079.x>
- Walters, W. (2002). Later-life migration in the United States: a review of recent research. *Journal of Planning Literature*, 17(2), 37-66. <https://doi.org/10.1177/088541220201700103>
- Wiseman, R. F. e Roseman, C. C. (1979). A typology of elderly migration based on the decision-making process. *Economic Geography*, 55(4), 324-337. <https://dacemirror.sci-hub.se/journal-article/c6e902470b44219203d719ba9c1d64e0/wiseman1979.pdf>
- Wong, L. L. R. e Carvalho, J. A. (2006). O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de população*, 23, 5-26. <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/D4vwtLJmCFYYf7C7xKkLSn-J/?format=pdf#page=1&zoom=auto,-37,343>

Apêndice. Quadro-resumo das categorias analíticas utilizadas no artigo.

Categoria	Definição operacional utilizada no estudo
Idoso	Indivíduo com 60 anos ou mais de idade, conforme a legislação brasileira.
Jovem idoso	Subgrupo da população idosa com idade entre 60 e 64 anos.
Migrante de última etapa	Pessoa que residiu em uma unidade espacial diferente daquela em que foi recenseado nos 10 anos anteriores à data de referência do censo.
Migrante retornado	Indivíduo cujo município/UF de residência atual é o mesmo do nascimento, mas diferente do município/UF de residência anterior.
Migrante não retornado	Indivíduo que mudou de município/UF nos últimos 10 anos, mas não retornou ao seu município/UF de nascimento.
Ocupado aposentado	Indivíduo que exerce ocupação econômica e declara rendimento de aposentadoria/pensão.
Ocupado não aposentado	Indivíduo que exerce ocupação econômica, mas não declara rendimento de aposentadoria/pensão.
Categoria ocupacional	Classificação da ocupação conforme a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) do IBGE.